"ESCOLAS COM ALTO E BAIXO RENDIMENTO NO IDEB: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE QUATRO ESCOLAS NO INTERIOR DO CEARÁ"

Pâmela Félix Feitas (Universidade de São Paulo - USP) – pamelafelix@usp.br

RESUMO

Este trabalho constitui revisão teórica de pesquisa realizada na graduação, aprofundada no mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Discute os sistemas de avaliação, a qualidade da educação, abordando o Ideb como fio condutor da pesquisa. O escopo do estudo investiga semelhanças e diferenças entre escolas de alto e baixo Ideb. A metodologia utiliza a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, aplicando entrevistas semi-estruturadas com diretores e coordenadores pedagógicos, e o acesso à base de dados do Inep. À luz do referencial teórico, trazemos as peculiaridades da pesquisa de campo, analisando dados coletado e estabelecendo um comparativo entre as quatro escolas.

Palavras chaves: Políticas de Avaliação Educacional; Ideb; Escolas.

Introdução

Este trabalho tem por finalidade aprofundar investigação desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Freitas (2011), sobre semelhanças e diferenças entre escolas de alto e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tal estudo decorreu de participação no projeto: *Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos*. Esta iniciativa foi realizada no âmbito do Observatório da Educação[1] do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Foi organizada em rede integrada pela Universidade de São Paulo (USP) – instituição coordenadora – pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

No Ceará foram escolhidos dez municípios, sendo cinco de maior Ideb no ano de 2007: Catunda, Jijoca de Jericoacoara, Mucambo, São Gonçalo e Sobral - e os outros cinco de maior variação no índice entre os anos de 2005 e 2007: Aratuba, Boa Viagem,

[1] No Ceará, o núcleo que coordena essa pesquisa é orientado pela Profª. Dra. Sofia Lerche Vieira e pela Profª. Dra. Eloísa Maia Vidal. A pesquisa possui financiamento do Instituto Unibanco, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). O projeto conta com o engajamento de 6 mestrandos e 6 bolsistas de iniciação cientifica.

General Sampaio, Ipu e Martinópole. A pesquisa de campo realizada pelo projeto do observatório permitiu também o estudo de escolas que não obtiveram desempenho satisfatório nas avaliações dos anos de 2005 e 2007, o que estimulou a curiosidade em analisar esse paralelo.

Na dissertação de mestrado, questões teóricas sobre o tema das avaliações externas serão tratadas com mais afinco e, por isso, faz-se necessário revisão para os devidos aprofundamentos. Observou-se a necessidade de uma investigação dessa natureza devido à ênfase dada aos resultados das avaliações externas. O decreto nº 6.094, publicado em 24 de abril de 2007, comprova a centralidade adquirida pelo tema no cenário educacional. O texto dispõe sobre a implementação do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, que atribui a melhoria da qualidade da educação básica através do cumprimento das metas bianuais estabelecidas pelo Ideb.

O governo passa a intervir com base nos indicadores, as escolas que atingem as metas são beneficiadas com aumento de seus recursos no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para as redes com índices insuficientes, o Ministério da Educação (MEC) estabelece convênios com estados e municípios por meio da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), oferecendo apoio técnico ou financeiro (FERNANDES; GREMAUD, 2009). Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao *Compromisso*, introduzido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Esta pesquisa demonstra a realidade educacional de dois municípios do interior do Ceará, cenário rico em termos de peculiaridades locais. Este trabalho conversa com os debates em torno do tema central do evento e fornece elementos interessantes para alimentar o diálogo e o intercâmbio entre os estudos e experiências sobre política de avaliação educacional entre os pesquisadores da Espanha, de Portugal, do Brasil.

Foi motivado ainda durante experiência como bolsista de iniciação científica no projeto do observatório e desenvolvido e aprofundado agora no mestrado acadêmico em educação pela Universidade de São Paulo (USP), onde se concentra um grupo de discussão sobre Avaliação de Sistemas Educacionais do qual faço parte. Tal aproximação deu origem a questionamentos na tentativa de compreender porque escolas situadas em regiões semelhantes possuem rendimento heterogêneo. Temos como

questões que norteiam este trabalho: Quais elementos contribuem para a disparidade de desempenho entre escolas? Quais fatores contribuem para que escolas não atinjam bons índices? Quais ações favoráveis poderiam ser implementadas nas escolas com baixo desempenho, visando a melhoria de sua performance?

Diferentemente da pesquisa do observatório, o objetivo deste trabalho é pesquisar semelhanças e diferenças entre escolas municipais com alto e baixo Ideb nas séries iniciais do ensino fundamental através de um estudo comparativo. A ideia é compreender quais fatores contribuem para a discrepância de resultados. Buscaremos averiguar também que tipo de ressonância que as avaliações nacionais propostas pelo Ministério tiveram nas escolas.

A comparação das escolas de baixo com as escolas de alto rendimento possibilita identificar pontos fracos e conhecer práticas que vem dando certo. Desta forma, é possível fazer uma análise sobre a relevância e a aplicabilidade dessas medidas, contribuindo para sua replicação em outros contextos, quando adequado. Esforços desta natureza já foram concretizados em estudos como: **Aprova Brasil** (2007), **Redes de Aprendizagem** (2008) e **O desempenho dos alunos na Prova Brasil** (2008), frutos de pesquisas relacionadas à gestão e qualidade do ensino, listando boas práticas em diversos estados e municípios.

A seleção dos municípios que compõe a amostra desse estudo se deu em duas fases: a primeira relacionada à taxa de matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental, superior a 1.000 alunos; e a segunda compreende o desempenho no Ideb. Analisaremos a realidade de duas escolas, uma que apresenta alto e outra com baixo rendimento no Ideb, em dois municípios Sobral e Ipu. Segue abaixo quadro com as identificações fictícias das escolas e seus desempenhos.

MUNICÍPIOS	ESCOLAS	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009
Sobral	Baixo Ideb (BI1)	3,6	4,5	6,3
	Alto Ideb (AI2)	4,1	5,7	7,6
Ipu	Baixo Ideb (BI3)	2,2	2,3	----
	Alto Ideb (AI4)	1,7	3,3	4,3

Como recursos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, com visitas previamente agendadas para observação *in loco*. Realizamos entrevistas semi-estruturadas aplicadas com diretores e coordenadores pedagógicos. O material foi gravado, transcrito e posteriormente analisado. Este trabalho é um estudo de natureza qualitativa e quantitativa. Para tanto, utilizaremos o banco de dados do Inep para busca dos Ideb além de dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc).

Desenvolvimento

O tema das avaliações externas está muito presente nas discussões educacionais do Brasil e de outros países. Oliveira e Souza (2010, p. 794) relatam que a partir da década de 1990 a atenção aos resultados das escolas se intensifica através das avaliações:

> A partir da década de 1990, a avaliação de sistemas escolares passou a ocupar posição central nas políticas públicas de educação, sendo recomendada e promovida por agências internacionais, pelo Ministério da Educação e por Secretarias de Educação de numerosos estados brasileiros, como elemento privilegiado para a realização das expectativas de promoção da melhoria da qualidade do ensino básico e superior.

No entanto, Vidal e Farias (2005, p. 94) revelam que a preocupação com a avaliação da aprendizagem no Brasil não é recente. Já na década de 1980 começaram a ser desenvolvidas iniciativas para se conhecer o sistema educacional brasileiro. Segundo Horta Neto (2007, p. 6) "os primeiros estudos com o objetivo de se estabelecer um sistema de avaliação ocorreram dentro do Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL), lançado em 1980". A partir daí o desempenho dos alunos nas provas começou a ser utilizado para medir o impacto de programas e políticas, e passou a ser considerado como uma das dimensões da qualidade do ensino. Em 1984 a Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB) delineia o Projeto Nordeste, que também segue a mesma linha de avaliação sistemática do desempenho do aluno.

Em 1987 o Inep ensaiou ampliar a coleta de informações. Estudava-se a criação de um programa externo de avaliação do rendimento de alunos de escola de 1º grau da Rede Pública. No ano de 1988 o MEC, por intermédio da SENEB, decide criar

mecanismos de avaliação da educação que fossem aplicados em todo o Brasil, ampliando-se a abrangência da avaliação proposta pelo Projeto Nordeste. Surge assim o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (Saep). A aplicação do teste piloto ocorreu no mesmo ano, nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. A estréia nacional, prevista para 1989, foi adiada para 1990 devido a problemas orçamentários. Em 1991, o Saep passa a se chamar Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para se adequar à nomenclatura da Constituição Federal (IDEN, 2007).

O Saeb representa então a primeira iniciativa de se avaliar a educação em nosso país, institucionalizado mais adiante como um processo nacional de avaliação, pela Portaria 1.795 de 27 de dezembro de 1994. A partir de então a atenção aos resultados se intensifica.

Realizado a cada dois anos, avalia uma amostra de turmas e escolas públicas e particulares sorteados que representam os alunos regularmente matriculados na 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, com no mínimo 10 estudantes por turma, localizadas em área urbana e rural. No âmbito da zona rural, são avaliados apenas a 4ª série, com exceção dos alunos de escolas rurais do Norte, que não participavam da amostra. Seus resultados são divulgados por Unidade da Dependência Administrativa, Estado, Região e Brasil. Vieira (2008, p. 115) explica que:

> Face à diversidade e singularidade dos diferentes sistemas educacionais existentes no país, a forma como o SAEB vinha sendo realizado até 2003 não atendia às demandas de informações, principalmente dos municípios e escolas que não se reconheciam nos resultados. Para suprir essa lacuna e visando a obtenção de indicadores por unidade escolar, a abrangência deste exame foi ampliada, através da Portaria Ministerial Nº 931 de 21 de março de 2005, constituindo-se em um sistema composto por duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (ANRESC).

A Aneb mantém os objetivos do Saeb, garantindo a continuidade das séries histórica dos dados de proficiência dos alunos das redes públicas e privadas. Já a Anresc, mais conhecida como Prova Brasil, é uma iniciativa capaz de tornar a avaliação mais detalhada, em complemento à avaliação já feita pela Aneb. Expande o alcance dos

resultados, oferecendo dados para o Brasil, estados, municípios e para cada escola participante. Portanto, os resultados expressam apenas a média do desempenho dos alunos, não é fornecida a proficiência de cada respondente.

A Prova Brasil foi aplicada pela primeira vez em 2005. Em maio deste mesmo ano, a Portaria do Inep nº 69 regulamentou a Anresc, determinando como público alvo as escolas da rede pública urbana com no mínimo 30 alunos matriculados na 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. A partir de 2007, o critério caiu para 20 estudantes, ampliando a abrangência geográfica para atendimento das áreas rural e urbana. As escolas públicas rurais que ofertam 4ª série do ensino fundamental passaram a participar da avaliação e, na edição de 2009, participavam também as 8ª séries, contemplando comunidades com reduzida população escolares.

Os dois braços das avaliações do Saeb têm o objetivo comum de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro por meio de testes padronizados, aplicados em larga escala. O exame considera o rendimento dos estudantes com provas de Língua Portuguesa e Matemática, nas habilidades de leitura e resolução de problemas, e questionários socioeconômicos.

Faz-se necessário conceituar a qualidade aqui citada. Castro (2009, p. 21), traz uma noção desta palavra "polissêmica e que tem assumido diversas concepções ao longo dos anos". Para Arelaro (2003, p. 13) a "qualidade traduz um conceito histórico-social".

A princípio, a qualidade esteve associada à expansão das oportunidades escolares e ao aumento de investimentos para atender a nova demanda. Depois, à otimização de recursos para a educação, garantindo condições mínimas para o funcionamento das escolas. Posteriormente houve uma preocupação com o fluxo dos alunos ingressantes, devido às altas taxas de evasão e repetência. Atualmente a qualidade está sendo relacionada ao desempenho nas avaliações sistêmicas.

Com bases nos dados das avaliações acredita-se ser possível fazer um diagnóstico da situação educacional do país. Os resultados dessas avaliações são utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e melhorar a qualidade do ensino.

A necessidade de se estabelecer padrões de qualidade e critérios para o monitoramento permanente do sistema de ensino brasileiro, como ressalta Fernandes (2007), conduziu à proposta de criação de um índice nacional padronizado que possibilite conhecer o desempenho educacional do país. O uso desses indicadores é apresentado para medir o progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados.

Foi criado pelo Inep em 2007, tentando reunir em um só indicador, conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo, rendimento, aprovação escolar (obtidos no Censo Escolar[2]) e médias de desempenho nas avaliações (Saeb para as unidades da federação e para o país, e Prova Brasil para os municípios). Sua escala varia de 0 a 10, o que possibilitou resultados mais sintéticos, facilmente assimiláveis.

É a ferramenta para acompanhamento das metas do PDE para a educação básica, que almeja que em 2022, ano do bicentenário da Independência, o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde aos países desenvolvidos que ficaram entre os 20 mais bem colocados no mundo. A definição deste parâmetro técnico teve como referência a média dos sistemas em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por esta razão é considerado um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação.

O PDE introduz mudanças que expandem o papel das avaliações em larga escala para além do seu objetivo diagnóstico tradicional. As avaliações são colocadas como um dos pilares da política educacional do MEC. As informações coletadas nos exames são, também ou em tese, utilizadas para traçar um panorama nacional da Educação Básica e apontam como referência para a formulação de novas políticas públicas e execução de programas na área da educação, como: transferência de recursos públicos, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); merenda e transporte escolar; distribuição de livros e uniformes; implantação de bibliotecas; instalação de energia elétrica; e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

---

[2] É o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). Coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar, utilizados para o calculo do IDEB.

O Ministério da Educação deu ampla exposição aos resultados a partir de 2006, divulgando os resultados obtidos nas avaliações nacionais de 2005. A partir da publicação dos dados, que são disponibilizados em nível nacional, estadual, municipal, e por escola, a questão da aprendizagem passou a ser vista com mais destaque. Isto possibilita às escolas conhecerem seus resultados, estabelecer metas e até se comparar com as outras escolas.

A publicidade dos resultados obtidos no Ideb estimularia maior transparência na prestação de contas das redes de ensino e implantação de uma política de responsabilização não só pelos resultados, mas também pelas ações dos envolvidos. O conceito de responsabilização tem origem na expressão inglesa *accountability*, termo que faz referência à condição de se responsabilizar por prestar contas sobre o desempenho dos alunos e dos recursos utilizados. *Accountability* significa "fijar la responsabilidad por las propias acciones y los resultados de dichas acciones". (MANNO et al., 2006).

Alguns estudos sustentam que a política de responsabilização traria benefícios para a educação. Vieira (2008) afirma que os países com melhorias substantivas nos seus sistemas educacionais o fizeram através da adoção dessa forma de política educacional. Foi a partir de tal mudança que as políticas de avaliação começaram a movimentar as instituições educacionais para aumentarem suas pontuações nas escalas de avaliação do desempenho da aprendizagem.

Embora geograficamente próximos, os dois municípios estudados possuem realidades bem distintas. É importante considerar as características locais, como: condições geográficas, sócio-econômicas, culturais e etc. para compreender melhor os resultados da análise, pois fatores externos influenciam desempenho nas avaliações nacionais.

Sobral é uma cidade grande em extensão territorial, é bastante desenvolvida economicamente, é polo de grandes indústrias, o que possibilita investimento maior na educação. Já Ipu é uma cidade pequena, onde há poucas opções culturais e de lazer. A economia é movimentada pelo comercio local, agricultura, artesanato e turismo. As contradições aumentam quando observamos o cenário educacional nas duas cidades.

Sobral vem se tornado destaque na educação devido à continuidade da política educacional, que já dura mais de 13 anos. A construção do sentimento de

responsabilização de todos pelos resultados e comprometimento dos profissionais da educação foram os alicerces para a sustentação da política por todo esse tempo.

Ipu, no entanto, é marcado pela descontinuidade política, onde as mudanças de partidos implicam em grandes modificações na estrutura e na organização da educação. O poder local exerce forte peso sobre a categoria de professores, utilizando as escolas mais distantes e perigosas como redutos políticos, para onde são destinados os opositores do governo atual.

Segundo dados da Seduc (2008), a rede municipal de Ipu era composta por 68 estabelecimentos de ensino, oito a mais que Sobral. Quanto à distribuição das escolas no município Ipu apresenta maior concentração de escolas na zona rural (49) e apenas 19 escolas na zona urbana. Em Sobral a maioria das escolas está localizada na zona urbana (36), enquanto 24 estão situadas na zona rural. Este número pode ser considerado um pouco elevado, mais isso se deve a grande extensão geográfica do município.

Quanto à estrutura física das escolas visitadas podemos constatar grande disparidade. Enquanto as escolas urbanas de Ipu apresentam boa estrutura, as rurais funcionam em condições muito precárias. A escola de baixo Ideb chama muita atenção por não oferecer a menor condição de funcionamento, o ambiente beira a insalubridade. Apesar de ter melhores condições, a escola de alto Ideb também possui problemas. Casos de indisciplina já fizeram a escola recorrer até ao Conselho Tutelar.

Devido à significativa distância entre as escolas sedes e as outras, o município é amparado com transporte escolar, para professores e alunos, oferecido com o auxilio do Governo Federal. No entanto, constatou-se que a locomoção é feita pelo famoso “pau de arara”, meio de transporte irregular muito comum no interior do Ceará.

Em Sobral a estrutura física das escolas pode ser considerada razoável, grande parte segue padrões de construção do governo Cid Gomes, enquanto prefeito da cidade. A própria escola de baixo Ideb segue esses parâmetros. As escolas pesquisadas são bem localizadas e de fácil acesso, diferente das escolas de Ipu.

As escolas do município de Ipu conhecem muito pouco o Ideb, eles dão mais ênfase ao Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará (SPAECE), talvez por terem sido chamados atenção, em reunião com a Seduc e com a Coordenadoria

Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), devido ao baixo desempenho. A escola de baixo Ideb estava participando do Projeto Escola Apoiada, em que a escola vencedora do prêmio escola nota 10 (por melhor desempenho na avaliação estadual), ajuda a escola com o pior desempenho a elevar seu índice. O município também incentiva iniciativas como a Escola em Tempo Integral, implementada pela escola de baixo Ideb visando acabar com as salas multisseriadas, e estimula parcerias, como a da Secretaria Municipal de Educação (SME) com a Prefeitura.

A SME criou Sistema de Orientação Pedagógica (Sope), implementado pela escola de alto Ideb, que é um programa em que técnicos visitam as escolas para verificar a aprendizagem, ver as notas dos alunos e levar projetos que beneficiem a escola. Também possui portfólio de atividades, disponível para as escolas. Destacamos o empenho da Secretaria para garantir reforço escolar, provendo espaço e professores.

Como principais diferenças encontradas entre as escolas de alto e baixo Ideb, listamos as seguintes características: na escola de baixo desempenho é frequente o descompasso das falas da diretora e coordenadora, a desorganização da escola se reflete na confusão da divisão de tarefas. Ambas não tinham propriedade de suas funções, trocando muitas vezes os papéis desempenhados. A descontinuidade da gestão é outro agravante, pois não houve contato algum com documentos e nem com gestores anteriores.

Diferentemente, na escola de alto Ideb, diretora e coordenadora mantiveram um discurso uniforme. Mesmo diante de circunstâncias adversas, a escola se mostrou muito organizada. Eles possuem um controle de transferência, onde a documentação da escola só é emitida após a informação e checagem de onde o aluno está matriculado, visando evitar a evasão e o abandono. O planejamento é acompanhado pelos técnicos da SME. A coordenadora é muito presente nas questões pedagógicas, observando as aulas, acompanhando e até fiscalizando os professores, o que, ao ver dos entrevistados, acaba evitando condutas inadequadas.

A escola possui também um Plano de Ação, que visa à melhoria do desempenho, trabalhando a distorção idade-série, observando as salas que possuem deficiências, combatendo-as através da realização de reforços escolares. Este também é um problema para a escola de baixo Ideb, por isso foi adotado a Escola Tempo Integral, visando

extinguir as salas multisseriadas.

Sabemos que o comprometimento dos professores é fator de extrema relevância. Enquanto a escola de alto Ideb possui um grupo empenhado em melhorar a educação e são amparados pela coordenação, a escola de baixo Ideb possui um grande o número de professores que faltam e apresentam atestado médico para justificar a ausência. Ocorrências desta natureza são tão comuns que a prefeitura precisou intervir através da criação de um decreto que obriga aviso antecipado de faltas.

A escola de alto Ideb se diferencia por usar os dados para melhorar as ações na escola. A SME só informa do desempenho, mas ações para promover a qualidade ficam a cargo da escola. Há preparação das crianças para avaliações externas, através do trabalho com os descritores e da aplicação de simulados. Eles também têm a preocupação de tornar a escola mais atrativa, organizando gincanas, olimpíadas, premiações, participando de concursos, criando jornalzinho da escola, através de projetos, como *"*Posso Recitar*"* e construindo laços de amizade com os alunos.

A escola de baixo rendimento possuía somente um computador, que era manuseado apenas pela gestora. Tanto as provas como as demais atividades eram impressas ainda por meio de mimeógrafo. Os anexos eram ainda piores do que a escola mãe. Um, era uma antiga casa de shows com dizeres do tipo "fiado só amanhã" nas paredes. O outro, uma casa antiga com porcos e galinhas, onde as crianças tomavam banho de bica em meio a bananeiras, fezes de animais e chão de areia batida. A escola de alto Ideb situava-se em um prédio do Estado, a situação desta escola era um pouco melhor, mas havia o problema da improvisação das salas que eram divididas por compensados de madeira erguidos no meio do pátio.

Dentre as características comuns às duas escolas temos: a queixa pela falta do apoio da família, a existência de alunos fora de faixa que ainda não sabem ler, a prática do reforço no contra-turno; o foco nas disciplinas de Matemática e Português, principalmente Português; o descaso com as demais disciplinas, deixando-as em segundo plano; a força exercida pelo Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC); o acompanhamento da SME no planejamento das escolas; e o benefício do Transporte Escolar.

Não existem tantas discrepâncias entre as escolas de alto e baixo Ideb de sobral, todas são regidas pelos mesmos ideais, o que torna as características de ambas muito parecidas. O foco na aprendizagem, o acompanhamento e o suporte da Secretaria são apoios importantíssimos para os resultados atingidos pelo município. Todos os envolvidos com a educação parecem ter bem claros os objetivos e metas a se alcançar.

Todas as escolas têm sua autonomia financeira, pedagógica e pedagógica preservadas. A questão dos suportes dos Programas e também a sistemática do planejamento (geral e específico) segue uma sequencia comum. A união da equipe em um trabalho colaborativo e o comprometimento dos professores também é uma característica inerente às duas escolas.

À época, a Secretaria Municipal fornecia suporte através reuniões semanais, acompanhamento e cursos. A equipe pedagógica das escolas era reforçada com o trabalho de três coordenadoras, que faziam o acompanhamento específico por salas. É muito forte o sentimento de responsabilização pelos resultados e a cultura de dados no município, medida que contribui para o bom desempenho de Sobral nas grandes avaliações.

A escola de alto Ideb possui um núcleo gestor mais preparado, suas respostas foram mais elaboradas e com riqueza de detalhes. A direção aparenta clareza das funções internas da escola, e a divisão de tarefas parece ser bem definida e bem distribuída entre diretora e coordenadora pedagógica. Diferentemente, a escola de baixo, cuja gestão é a mesma há quase 12 anos, mostrou pouca firmeza das informações sobre trabalhos internos da escola e escassez de detalhes. A coordenadora não demonstrou ter desenvoltura para falar dos assuntos pedagógicos.

A escola de alto rendimento pratica algumas ações que a destacam, como: avaliação interna freqüente; rodízio anual de professores de cada série; cursos de interpretação de dados, oferecido na ocasião das formações; e o projeto Agente de Combate a Infrequência (ACI), que possibilitou que a evasão fosse zerada em 2005 e o abandono em 2004.

Comparando as escolas de baixo Ideb dos dois municípios percebemos como uma boa gestão municipal pode fazer a diferença. Sobral tem um trabalho diferenciado

por ter a educação como uma de suas prioridades, enquanto Ipu ainda começa a se dar conta de seus problemas educacionais.

A diferença do desempenho das duas escolas é um fator que chama atenção. Enquanto que a escola de baixo rendimento no Ideb de Ipu apresenta uma evolução de apenas 0,1 pontos no Ideb de 2005 para 2007, a escola com baixo desempenho no Ideb de Sobral evoluiu 0,9 pontos, no mesmo período. Apesar de não ter atingido o desempenho esperado as escolas de baixo Ideb não podem ser consideradas ruins, elas apenas apresentam resultados inferiores às outras, e essas variações podem ter razões de ordem diversas.

Em relação ao planejamento das duas escolas encontramos divergências. A escola de BII marca seus encontros de planejamento na cidade, devido à distância da escola. Supomos que este obstáculo deve interferir na frequência dessa atividade, que não foi informada. Enquanto que em Sobral o planejamento segue uma sistemática organizada comum a todas as escolas do município.

Conclusão

Considerando as realidades dos municípios estudados observamos dois contrastes. De um lado a omissão do poder público e, de outro, o total envolvimento do poder local. São exatamente nas escolas destes arredores que verificamos os piores e os melhores índices de desempenho, respectivamente. Este é apenas um dos contextos que devemos levar em consideração para a apreciação dos resultados.

A análise comparativa permitiu observar que o termo baixo Ideb pode ser bastante relativo. Verificamos que até mesmo a escola de baixo Ideb de Sobral é melhor do que as escolas de Ipu. Por isso, tentamos compilar a análise do desempenho das escolas no indicador considerando as condições geográficas, sócio-econômicas, culturais, escolares, etc.

A variação do Ideb entre as escolas aponta para o desequilíbrio interno da rede. A inequidade fere o principio da oferta de educação de qualidade para todos, que preza pela homogeneidade das redes, o que é um forte elemento de discussão educacional. Observa-se que a ideia de continuidade política é importante, pois o objetivo maior da educação tem seus resultados alcançados em longo prazo, tempo este que ultrapassa

muitas vezes o mandato de um gestor. Ficando assim, a cargo do próximo, manter o cumprimento de metas anteriormente estabelecidas.

A investigação nos mostra que as escolas de baixo Ideb vêm apresentando desempenho inferior às outras devido a desafios e dificuldades, decorrentes de fatores diversos. Percebemos desafios maiores na escola de baixo Ideb de Ipu, cujos entraves ultrapassam as barreiras da infraestrutura física, de gestão de pessoas, escassez de investimentos e invadem o terreno movediço da política municipal, manipulada no cabresto.

Verificou-se que os indicadores influenciam nas políticas adotadas pelas escolas. Foi evidenciado o uso dos resultados das avaliações nacionais em benefício de suas ações, buscando aprimorar metodologias para melhorar seu rendimento. Contudo, a preocupação em aperfeiçoar seus índices gera uma ênfase demasiada nos conteúdos cobrados nas avaliações, deixando as outras disciplinas em segundo plano.

O trabalho trouxe reflexões importantes, informações sobre as formas de avaliação sistêmica, exemplos de boas práticas e desafios, possibilitam a consolidação de uma realidade muito presente no cenário educacional do Brasil hoje. O desempenho dos alunos nas avaliações nacionais se tornou uma das demandas educacionais da sociedade atual, por isso é crucial que os profissionais da educação saibam lidar com esses dados.

Pretendemos com esse trabalho contribuir para a elucidação de como anda a educação no estado do Ceará. Aspiramos, com a divulgação de boas práticas, iluminar e indicar caminhos para muitas escolas que ainda estão buscando rumo. Não devemos esquecer os problemas apontados na pesquisa. Que estes sirvam de alerta para os grandes gestores. Em pleno século XXI ainda há brasileiros vivenciando retrocesso, passando por situações inaceitáveis. Esperamos que o estudo contribua para a reflexão de cada leitor.

Referências Bibliográficas

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Direitos sociais e política educacional: alguns ainda são mais iguais que outros. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (Org.). **Políticas**

públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. (Leituras no Brasil). p. 13-36.

BRASIL. **Aprova Brasil**: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil. 2. ed. Brasília: MEC: Unicef, 2007.

_____. **Desempenho dos alunos na Prova Brasil**: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino. Organização de Suhas D. Parandekar, Isabel de Assis Ribeiro de Oliveira e Érica P. Amorim. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 213 p.

_____. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007.

_____. Portaria Nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994. Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, n. 246, p. 20.767-20.768, 28 dez. 1994.

_____. Portaria Nº 931 de 21 de março de 2005. Institui que o Saeb será composto por dois sistemas de avaliação: Aneb e Anresc. **Diário Oficial da União,** Brasília, seção 1, Nº 55, p. 16/17, 22 mar 2005.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política educacional**: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2009. p. 21-44.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 26).

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, Fernando et al. (Org.). **Educação básica no Brasil**: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238.

FREITAS, Pâmela Félix. **Escolas com alto e baixo rendimento no Ideb:** estudo comparativo entre quatro escolas no interior do ceará. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza,Jul. 2011.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación,** nº42/5, abr. 2007.

MANNO, Bruno V. et al. **Accountability educacional**: posibilidades y desafios para América Latina a partir de La experiência internacional. Santiago: San Marino, 2006.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.

UNICEF; UNDIME; INEP; e; MEC. **Redes de aprendizagem:** boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasil: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2005.

VIDAL, Eloísa Maia; FARIAS, Isabel Maria Sabino. Saeb no Ceará: o desafio de definir o foco na aprendizagem. In: _____. (Org.). **Gestão para o sucesso escolar.** Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Educação básica**: política e gestão da escola. Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 17-28.